



BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE

2º edição/Março de 2024

Companheiras e Companheiros,

Estamos apresentando mais uma edição do Boletim da Senaes.

Pouco a pouco vamos aperfeiçoando este instrumento que quer ser um veículo de duas mãos: levar informações e receber também as notícias que vocês puderem nos enviar para que possamos socializar com toda a nossa Comunidade da Economia popular e Solidária.

Agradeço as companheiras Samara Landim e Waléria Fortes pelo trabalho de redação e montagem deste nosso Boletim.

Aguardamos suas participação, que você pode enviar para o e-mail: senaes@trabalho.gov.br

Um grande abraço e boa luta para todas e todos nós!

Gilberto Carvalho

Senaes participa da IV Feira Regional de Economia Popular Solidária em Feira de Santana

O secretário Gilberto Carvalho palestrou sobre os avanços e desafios do setor para a próxima década

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do secretário Nacional de Economia Solidária, Gilberto Carvalho, participou, na semana passada, da IV Feira Regional de Economia Popular Solidária: Saberes e Sabores, em Feira de Santana, na Bahia. As atividades foram organizadas pela Cáritas Brasileira Regional Nordeste 3, Rede Balaio e Movimento de Organização Comunitária (MOC).

Carvalho participou do painel: “Economia Popular Solidária: Avanços e Desafios para a Próxima Década”. Ele ressaltou a importância dessa política pública e o seu potencial inclusivo econômico, além de reforçar a necessidade dos governos caminharem lado a lado com as demandas do povo. “Nós precisamos de muita luta para reconstruir a economia solidária no Brasil, uma economia que permite às pessoas viverem melhor, com renda e cultivando um novo modo de vida em sociedade. A economia solidária é a vanguarda daquilo que a gente sonha”, destacou Carvalho.

O painel contou também com a participação da assessora Nacional de Economia Popular Solidária da Cáritas Brasileira, Marcela Vieira, que contextualizou ao público presente a atuação da entidade organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os territórios onde a Cáritas está presente e as orientações estratégicas que norteiam suas ações Brasil afora.

O superintendente de Economia Solidária do Estado da Bahia, Wenceslau Junior, participou da atividade representando a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre). “É preciso destacar a importância da política pública de economia solidária, que precisa estar no centro dos debates. Precisamos ganhar musculatura na defesa dessa política que não pode ser mais apenas uma política de governo, mas sim de Estado”, pontuou.

Ações da Economia Solidária para 2024.

A Senaes foi extinta em 2018 e recriada no ano passado. Para 2024, uma série de ações estão sendo implementadas, como a qualificação de 2.880 trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos solidários, por meio do Programa Manuel Querino. A formação de mil agentes que farão o mapeamento dos empreendimentos solidários no país, fazendo o levantamento de suas demandas e dificuldades e atualizando. Eles também serão responsáveis por atualizar os dados Cadastro Nacional de Economia Solidária (Cadsol).

“Os agentes serão pessoas dos próprios territórios, que vão orientar também a respeito das políticas públicas que podem ser acessadas. Esse mapeamento permitirá que se tenha um retrato fiel da economia solidária no Brasil. Quanto corresponde do PIB, quanto movimenta economicamente, qual a atividade econômica, quantos são e onde estão os empreendimentos e trabalhadores”, finalizou Carvalho.

Para abril de 2025, está previsto a 4ª Conferência Nacional de Economia Solidária, momento em que será feito um balanço das políticas públicas na área e a atualização e aprovação do seu Plano Nacional.

MTE reinstala o Comitê Gestor do PRONINC

Novos membros tomam posse e definem plano de trabalho do Comitê para 2024

O Comitê Gestor do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) retomou, nesta terça-feira (12), suas atividades com a posse dos novos membros durante reunião ocorrida em Brasília, quando definiu o Plano de Trabalho para 2024 e conheceu as ações da Secretaria Nacional de Economia Popular Solidária (Senaes), recriada pelo Governo no ano passado.

Gilberto Carvalho, Secretário Nacional de Economia Solidária, ressaltou na reunião do Comitê a reconstrução porque passa a Senaes e isso inclui recompor as suas relações, retomando os seus espaços democráticos de debate e de construção de políticas públicas, com a participação de órgãos públicos e representantes de sociedade civil, como é o caso do Comitê Gestor do PRONINC. Outro espaço importante de discussão retomado pela Secretaria, segundo Carvalho, foi o Conselho Nacional de Economia Solidária, em outubro do ano passado.]

“Não basta dar ferramentas de trabalho para os empreendimentos solidários. A sua sobrevivência depende de qualificação e assistência técnica permanentemente. As incubadoras de cooperativas populares são fundamentais para a existência e durabilidade dessas iniciativas, pois são responsáveis por desenvolver metodologias que organizam e acompanham esses trabalhadores em seus territórios”, afirmou. O Comitê é formado por 21 representantes de órgãos públicos e universidades e estava desarticulado desde o fim da Secretaria. A sua finalidade é planejar e definir metas e prioridades para a seleção de projetos de economia solidária que serão atendidos pelas incubadoras tecnológicas presentes nas universidades e institutos federais.

A reunião contou com a presença do professor, Valmor Schiochet, que atualmente ocupa o cargo de secretário adjunto de Participação Social na Presidência da República. Ele fez uma retrospectiva da história e importância das incubadoras tecnológicas nas universidades, política que acompanha desde o final da década de 90, além de ter participado da criação do PRONINC em 1997, quando atuou na Senaes.

Fortalecimento - O PRONINC tem por finalidade fortalecer as incubadoras tecnológicas para que desenvolvam metodologias de desenvolvimento dos empreendimentos solidários de forma a estruturá-los e acompanhá-los após o período de incubação. Conforme os dados do Cadastro Nacional de Economia Solidária (CADSOL), no Brasil existem hoje 20.670 empreendimentos registrados, nos quais trabalham 1.425.158 pessoas.

Além do secretário, participaram da reunião pela Senaes a Analista Técnica de Projetos Sociais, Adriana Brandão, a Diretora de Projetos, Renata Studart, e a Coordenadora-Geral de Projetos, Vanderlúcia Simplicio.



Foto: Allexandre Silva/MTE

SENAES acompanha Termo de Execução para impulsionar programas de Economia Popular e Solidária




No contexto da gestão pública, o Termo de Execução Descentralizada (TED) surge como uma ferramenta crucial para a efetivação de programas e projetos estratégicos. No TED de número 10/2021, celebrado entre a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), vislumbra-se um avanço significativo no apoio às iniciativas voltadas para a promoção da economia solidária.

Mediante o instrumento, a descentralização de créditos entre os órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com o propósito de impulsionar a execução de programas, projetos e atividades alinhadas ao plano de trabalho estabelecido, sempre observando a classificação funcional programática. O TED 10/2021 destaca-se por sua relevância para o fomento da Economia Popular e Solidária, um setor que se destaca por sua contribuição para a geração de trabalho e renda, além da promoção da inclusão social e econômica de grupos historicamente marginalizados.

A parceria entre a SENAES/MTE e o IFRN representa um passo significativo na consolidação desses princípios, fortalecendo a articulação entre instituições governamentais e educacionais em prol do desenvolvimento sustentável. Dentre os objetivos delineados pelo TED 10/2021, destacam-se a implementação de ações de capacitação, o fortalecimento de redes de cooperação e a promoção do empreendedorismo solidário. Essas iniciativas não apenas incentivam a criação e consolidação de empreendimentos solidários, mas também contribuem para a construção de uma economia mais justa e inclusiva.

Neste cenário, o TED 10/2021 surge como um marco para a cooperação entre a SENAES/MTE e o IFRN, promovendo sinergias para o fortalecimento da Economia Popular e Solidária, vitalizando assim a inclusão socioeconômica e o desenvolvimento regional.



Vamos entender na prática como isso funciona? Confira a entrevista com Robert Paula Gouveia, Analista Técnico de Políticas Sociais da SENAES.

- Qual é o propósito principal da verba fornecida pela secretaria?

Robert Paula: Fomentar a comercialização em rede no Rio Grande do Norte por meio da incubação e assessoramento para os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) integrados por pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

- Como os funcionários são selecionados para participar das viagens de conhecimento do projeto?

Robert Paula: No prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, as unidades descentralizadora e descentralizada designarão os agentes públicos federais que atuarão como fiscais titulares e suplentes do TED e exercerão a função de monitoramento e de avaliação da execução do objeto pactuado (DECRETO Nº 10.426, DE 16 DE JULHO DE 2020).

- Quais são os critérios para investimento de recursos em projetos específicos da Economia Solidária?

Robert Paula: As ações previstas no PPA na execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática

- Como é feito o acompanhamento do uso da verba durante o projeto?

Robert Paula: São elaborados cronogramas de visitas de acompanhamento e fiscalização, as quais são realizadas pelos fiscais ou gestor do termo de parceria, buscando verificar in loco se as atividades estão sendo realizadas como pactuadas no plano de trabalho aprovado na celebração da referida parceria (TED). Nos baseamos pelo (DECRETO Nº 10.426, DE 16 DE JULHO DE 2020)

- Qual é o processo de prestação de contas dos recursos utilizados?

Robert Paula: As visitas de acompanhamento e fiscalização servem também, como avaliação prévia da execução e eventual correção de rota desta execução.

- Quais são os principais resultados alcançados pelos projetos que receberam investimento da secretaria?

Robert Paula: Historicamente, a SENAES tem apresentado resultados satisfatórios na execução das parcerias tanto com entes públicos (nesse caso, em especial os TED's) quanto privados, no que diz respeito à execução das ações previstas nos respectivos planos de trabalho que são apresentados quando iniciado o processo de formalização das parcerias. Isso quer dizer que as ações orçamentárias previstas no PPA têm sido alcançadas também graças a esse tipo de metodologia de trabalho. É possível consultar a série histórica referente a isso nos arquivos eletrônicos do governo federal (MTE, em especial), bem como pelo acesso via Lei de Acesso à Informação (LAI).

- Qual é o impacto desses investimentos na comunidade ou área de atuação?

Robert Paula: Espera-se que os resultados obtidos alcancem a melhoria técnica da atuação dos empreendimentos, assim como a vida de seus integrantes. O público-alvo e beneficiários deste projeto são membros de 20 empreendimentos de economia solidária urbanos, formais e informais. Dentre eles temos em sua maioria mulheres, quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária, e trabalham principalmente nos ramos de artesanato, costura e agricultura. A situação dessas pessoas é de extrema fragilidade social, tendo uma renda per capita abaixo de um salário-mínimo e em boa parte são beneficiários de programas sociais. Serão 400 pessoas atendidas diretamente, sendo 250 mulheres e 150 homens. E 1200 pessoas atendidas indiretamente, cerca de 400 famílias.

- Como a secretaria avalia a eficácia e eficiência dos recursos investidos?

Robert Paula: O projeto vem sendo executado a contento, com bom alcance dos objetivos previstos. Trata-se de regiões pobres dentro de uma das macrorregiões mais pobres do país, de modo que é significativo, em termos objetivos, toda e qualquer intervenção pública que possa mitigar a situação de pobreza e desalento vivida pela população local.

- Existem mecanismos de avaliação de riscos e mitigação durante a execução dos projetos?

Robert Paula: As visitas técnicas de acompanhamento e fiscalização cumprem esse papel, uma vez que conseguem detectar previamente, eventuais problemas que necessitem alerta e correção dos problemas.

- Como a secretaria garante a transparência e a prestação de contas para o público em geral?

Robert Paula: Por meio do seu sítio eletrônico junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, e pela Lei de Acesso à Informação (LAI), que permite o acesso público a esta e outras informações de interesse geral na sociedade.





Frentes Parlamentares



Frente Parlamentar de Economia Popular Solidária entrega Diploma Paul Singer na ALERJ

Na última terça-feira (19), a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) marcou presença na cerimônia de entrega do Diploma Paul Singer, realizada pela Frente Parlamentar de Economia Popular Solidária (Ecosol) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

Representando a SENAES estavam o Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho, e o Diretor de Parcerias e Fomento, Fernando Zamban. O evento prestigiou 17 organizações e personalidades que têm contribuído significativamente para o desenvolvimento da Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro.

Gilberto Carvalho ressaltou a importância da Economia Solidária como estratégia fundamental para o desenvolvimento econômico e social, destacando que a homenagem concedida pela Frente Parlamentar reconhece o papel crucial dessas pessoas e organizações na defesa da Economia Solidária no Estado. “É muito importante que a Economia Solidária ocupe estes espaços institucionais e seja reconhecida como uma efetiva política pública”, finalizou Carvalho.

SENAES e Petrobras discutem estratégias para fortalecer a Economia Popular e Solidária no Brasil

O Secretário Gilberto Carvalho e o Diretor de Projetos, Fernando Zamban, da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES), reuniram-se com o Gerente-executivo de Responsabilidade Social da Petrobras, José Maria Rangel, e sua equipe, terça-feira (19), para discutir estratégias de fortalecimento da economia solidária no país. Durante a reunião, foram identificadas convergências estratégicas para fortalecer iniciativas de formação, finanças solidárias, catadores de materiais recicláveis e a construção de um circuito nacional de feiras de economia solidária. As equipes técnicas da SENAES e da Petrobras seguirão em diálogo para a elaboração de um Acordo de Cooperação Técnica entre as duas instituições. Além disso, os diálogos serão estendidos ao BNDES e à Fundação Banco do Brasil. Gilberto Carvalho enfatizou que essa articulação conjunta representa uma grande oportunidade de fortalecimento da Economia Solidária no país, com ampliação de parcerias e construção coletiva para interação com os territórios onde a Economia Solidária se desenvolve.

SENAES e Institutos Federais de São Paulo e Bahia lançam Programa de Formação em Economia Solidária

Ao longo de 2023, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em parceria com o Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e o Instituto Federal da Bahia (IFBA), em conjunto com a Rede IFecosol, composta por servidores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), empreenderam esforços para a criação de um programa de formação em Economia Popular e Solidária.

Paralelamente a construção do Projeto de qualificação com os institutos federais, a Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda (SEMP), criou em 2023 o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional (PMQ). O programa foi planejado visando o desenvolvimento de ações direcionadas à capacitação de jovens e trabalhadores, com o intuito de facilitar sua inserção e permanência no mercado de trabalho. Este programa, que prioriza a Economia Popular e Solidária como um dos setores econômicos de destaque, resultou na aprovação de dois programas de qualificação apresentados pelo IFBA e IFSP.

Ambos os institutos foram selecionados para a execução do programa de formação, abrangendo todas as regiões do Brasil, com um aporte financeiro de aproximadamente R\$ 9 milhões, visando atender 2.880 trabalhadores e trabalhadoras do setor de Economia Solidária. Os cursos oferecidos pelo programa têm como objetivo garantir a transversalidade, interdisciplinaridade e educação popular, com foco na construção de redes produtivas fundamentadas nos princípios da autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e valorização das dinâmicas territoriais.

Os projetos apresentados pelos IFBA e IFSP têm como meta realizar a qualificação social e profissional de 2.880 trabalhadores e trabalhadoras da ES em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, alinhados à política de Economia Popular e Solidária, com foco no acesso e permanência em ocupações demandadas pelo setor produtivo local e/ou relacionadas à vocação econômica do território. O IFBA será responsável pela oferta de 1.440 vagas distribuídas nas regiões Norte e Nordeste, enquanto o IFSP oferecerá outras 1.440 vagas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Ambos os institutos lançaram editais para a seleção de outros institutos nessas regiões, que se encarregarão da oferta das vagas. O público-alvo dos cursos abrange trabalhadores vinculados a grupos produtivos autogestionários, jovens, população negra, mulheres, povos e comunidades tradicionais e originárias, pessoas com deficiência, população idosa, população LGBTQIA++, bem como pessoas cadastradas nos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e o público em geral. Destaca-se ainda a reserva de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas (20%), pessoas com deficiência (10%) e pessoas trans e travestis (5%). Essa parceria com a Secretaria de Qualificação foi estabelecida em resposta à demanda dos movimentos pela melhoria da capacidade de gestão dos grupos informais, associações e cooperativas da economia solidária.

Confira na íntegra a entrevista com a Josiane Roberta Krebs, professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e membro da Rede IF Ecosol.

- Como foi o processo de colaboração entre os Institutos Federais, a Rede IFecosal e a Secretaria Nacional de Economia Solidária para o desenvolvimento deste programa?

Josiane Krebs: A construção coletiva deste programa só foi possível por estarem no Governo, em especial na Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES), pessoas que acreditam no poder transformador da educação popular e que reconhecem a importância da ciência na construção das políticas públicas. É imprescindível para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, a articulação entre a Rede IF Ecosol, o IFBA, o IFSP e a SENAES foi essencial para o desenvolvimento de um programa que pudesse ser realizado ao mesmo tempo em todas as regiões do país, que buscasse garantir os princípios da economia solidária e que estabelecesse estratégias para promover o diálogo e a construção coletiva com os movimentos de economia solidária, respeitando as características e realidades dos territórios.

- Qual é a importância da parceria com a Secretaria de Qualificação para o sucesso deste programa?

Josiane Krebs: Está sendo fundamental para dar materialidade ao processo formativo que vínhamos idealizando e para possibilitar que o recurso do Fundo de Amparo ao Trabalhador chegue aos trabalhadores da economia popular e solidária. Consideramos que ter a economia popular e solidário como um eixo prioritário no programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional é um grande avanço e representa o compromisso da qualificação para o fortalecimento popular.

- Quais são as expectativas em relação aos resultados esperados após a conclusão dos cursos pelos participantes?

Josiane Krebs: Boas e grandes expectativas. Acreditamos que os cursos poderão trazer resultados individuais aos participantes e resultados coletivos, e nós, da Rede IF Ecosol, estamos comprometidos para que isso se torne possível. Esperamos que, individualmente, os cursos contribuam e proporcionem melhores condições de trabalho e de vida aos participantes. E coletivamente, acreditamos que o processo formativo irá contribuir para o fortalecimento popular, reforçando a importância do trabalho associado e autogestionário, bem como, contribuindo para a organização e fortalecimento das redes locais de economia popular e solidária.



MTE reúne representantes dos núcleos de economia solidárias das superintendências

O objetivo foi alinhar e atualizar sobre as ações da área previstas para 2024.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou, ontem (21/03), uma reunião virtual com representantes das 27 Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTes) para integrar os Núcleos de Economia Solidária criados no final do ano passado em cada uma dessas unidades.

O secretário Nacional de Economia Popular Solidária, Gilberto Carvalho, coordenou a reunião e fez um relato das ações desenvolvidas até o momento, além de apresentar o planejamento do ano. Ele destacou que com a extinção da Senaes em 2018 as políticas públicas de incentivo aos empreendimentos de economia solidária foram desarticuladas, assim como os espaços de diálogo com os seus trabalhadores e trabalhadoras.

“Ter um núcleo de economia solidária em cada uma das superintendências faz parte do processo de retomada das nossas políticas na área. Espero que tenhamos mais estabilidade, pois nesse processo idas e vindas tivemos muitas perdas”, ressaltou.

Os núcleos nas SRTes serão responsáveis por articular as políticas públicas de economia solidária nos seus estados, conforme a realidade local, e de retomar os espaços de debate com os empreendimentos, com os órgãos públicos e com a organização civil.

Principais ações para 2024

Qualificação Profissional

Por meio do Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional serão capacitados 2.880 trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos de economia solidária. Os cursos iniciarão ainda este semestre sob a coordenação da Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e do Instituto Federal da Bahia (IFBA), nas seguintes áreas:

- Agentes de Desenvolvimento Cooperativista Solidário;
- Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidário.

Agentes Solidários

- Serão capacitados 1.000 agentes que vão atuar em seus territórios, com o objetivo de fazer um mapeamento dos empreendimentos e das suas demandas.

CadSol

- A retomada do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, atualizando os dados e incentivando a adesão de novos empreendimentos. Estar no CadSol permite que esses empreendimentos possam acessar as políticas públicas, como financiamentos e compras governamentais.

4ª Conferência Nacional de Economia Solidária

Ao longo deste ano, serão realizadas plenárias municipais, estaduais e temáticas para votação das principais demandas que serão levadas à 4ª Conferência Nacional, agendada para abril de 2025.


Equidade e Empoderamento: A Contribuição do Feminismo na Economia Solidária



Roda de conversa sobre Autonomia Econômica das Mulheres
Feira de Economia Solidária Feminista da AMESOL-Associação de Mulheres da Economia Solidária
São Paulo / Maio 2022.
@amesol.feminista

A contribuição do feminismo para a compreensão da economia vai além da análise das disparidades salariais ou da representatividade nos cargos de liderança. O feminismo, especialmente na vertente da economia feminista, destaca a importância de reconhecer e valorizar o trabalho não remunerado das mulheres, incluindo tarefas domésticas e de cuidado, que historicamente foram subestimadas e invisibilizadas.

A divisão sexual do trabalho, que atribui certas funções e responsabilidades de forma desigual entre homens e mulheres, tem um impacto significativo na economia como um todo e na economia solidária. Nas atividades econômicas informais e de base comunitária, como as encontradas na economia solidária, as mulheres muitas vezes desempenham um papel central, seja na produção de bens, na prestação de serviços ou na gestão de empreendimentos.



No entanto, esse trabalho feminino costuma ser subvalorizado e sub-reconhecido, o que pode levar à perpetuação de desigualdades econômicas e sociais dentro dos próprios empreendimentos solidários. A invisibilidade do trabalho das mulheres na economia solidária pode resultar em condições de trabalho precárias, falta de acesso a recursos e oportunidades de desenvolvimento limitadas. Logo, discutir e enfrentar a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade do trabalho das mulheres é fundamental para promover uma economia solidária verdadeiramente inclusiva e equitativa. Isso envolve reconhecer o valor do trabalho das mulheres, garantir sua participação ativa nos processos decisórios e criar políticas e práticas que promovam a igualdade de gênero em todos os níveis da economia solidária.


Essa conversa é essencial para fortalecer a compreensão e a prática da economia solidária como um modelo econômico que promove não apenas a justiça econômica, mas também a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Confira a entrevista com Beatriz Schwenck, socióloga, pesquisadora e formadora do Instituto Paul Singer e integrante do movimento transnacional Marcha Mundial das Mulheres.

Como a divisão sexual do trabalho afeta as mulheres dentro da economia solidária, e quais são as principais estratégias para enfrentar essa desigualdade?

Beatriz Schwenck: O conceito de “divisão sexual do trabalho” nos ajuda a evidenciar como o sistema capitalista de produção está dividido entre o que costuma ser chamado de “trabalho produtivo” e o “trabalho reprodutivo”. Os estudos da economia feminista nos ajudam a desnaturalizar essas questões, mostrando as ligações indissociáveis entre os trabalhos ditos produtivos e reprodutivos. Mostrando que esse cuidado doméstico e familiar é uma dimensão fundamentalmente econômica e necessária para a reprodução da nossa vida, das casas, famílias, comunidades.

Mesmo dentro da economia solidária, onde tentamos criar outras lógicas de organização do trabalho, ainda nos deparamos com essa concepção de que o trabalho de cuidados doméstico e familiar é de natureza essencialmente feminina e não faz parte da economia, ou seja, é assunto da “vida privada”. Nos espaços de articulação política da economia solidária nós mulheres também ainda temos dificuldade de sermos representadas, não apenas em paridade de gênero como racial.




Políticas públicas voltadas para as mulheres, que compreendam as especificidades da vivência no mundo do trabalho, são importantes para enfrentar essas desigualdades. Um importante exemplo foi o Brasil Local Economia Solidária e Economia Feminista, o único projeto da SENAES que foi direcionado exclusivamente para EES majoritariamente femininos. Também podemos citar a importância das parcerias das SENAES com outros órgãos do governo que possam contribuir para uma re-divisão sexual do trabalho à nível coletivo e estatal, como aquelas que contribuem para a implementação de creches e para o acesso digno das famílias aos serviços de proteção e assistência social, saúde, educação, transporte público e moradia. Outra estratégia é a promoção contínua de atividades de reflexão e formação sobre a economia feminista. Isso é responsabilidade do governo e dos grupos, redes e empreendimentos solidários. Precisamos sempre estar atentos para a importância de garantir mulheres nos espaços de construção política da economia solidária, como grupos de trabalho, Conselhos, Fóruns, Conferências, Plenárias e Assembleias.

Qual é o papel das mulheres na construção e sustentação da economia solidária, e como podemos garantir que seu trabalho seja reconhecido e valorizado de forma adequada?

Beatriz Schwenck: As mulheres são a base da economia solidária, mobilizando de forma ancestral a solidariedade, coletividade e comunidade para desempenhar os trabalhos que geram renda e aqueles necessários para a reprodução social. No Brasil, estamos em maioria nos espaços de produção e comercialização no contexto da economia solidária, apesar de muitas vezes termos menos participação em cargos de representação comercial e jurídica. O papel das mulheres, no entanto, é fundamental para a construção de “uma outra economia”. O debate feminista qualifica a economia solidária, mostrando que sem um olhar atento às questões de gênero e raça, a economia solidária corre o risco de reproduzir formas de opressão, dominação e desigualdade.

A existência de grupos, empreendimentos e redes solidárias que estejam se dedicando às reflexões feministas é um elemento importante no processo de transformar a economia solidária.



É preciso garantir políticas públicas específicas para as mulheres, tanto de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos dentro de suas demandas particulares, como de maneira integral articulando com outras demandas da vida- como acesso a creches, moradia, saúde, educação, transporte, proteção e assistência social. Para garantir que esse debate seja feito de forma ampla, é de suma importância que as mulheres possam participar em pé de igualdade nos espaços de construção intelectual e política da economia solidária. É preciso, ainda, que tenhamos espaço para acolher e escutar de maneira ativa a nossa diversidade: as reivindicações das mulheres negras, indígenas, LBTs, PCDs.

Em que medida a perspectiva da economia feminista pode enriquecer e qualificar os princípios e práticas da economia solidária, especialmente em termos de promover a equidade de gênero e o empoderamento das mulheres?

Beatriz Schwenck: Colocar a vida no centro, reconhecendo a importância das relações de interdependência e de solidariedade, é um elemento comum aos campos da economia feminista e da economia solidária. Podemos explorar muito essas convergências no caminho de construção de uma economia solidária verdadeiramente comprometida com o enfrentamento de qualquer tipo de exploração, seja do patrão/empregado, seja da natureza, ou nas relações de gênero e raça.

Quando dizemos que a “economia feminista qualifica a economia solidária”, queremos dizer que é imprescindível que o debate interseccional - que combina gênero, raça e classe - esteja na base da economia solidária. Ele precisa estar na base da formulação conceitual da economia solidária, na prática cotidiana dos empreendimentos e redes, e na construção de políticas públicas por parte da SENAES.

A abertura para um debate profundo sobre a importância de repensar as contradições do capital/trabalho, como se propõe a economia solidária, também proporciona avançar no debate entendendo de maneira mais profunda, densa e complexa as contradições do capital/vida. As provocações que a economia feminista traz ajudam a mostrar a importância e urgência da criação de espaços seguros e acolhedores que contribuam para a participação integral das mulheres - em toda sua diversidade - dentro do contexto da economia solidária.

O debate feminista qualifica a economia solidária, mostrando que apenas com um olhar atento às questões de gênero e raça a economia solidária estará no caminho de construção de um outro sistema socioeconômico livre de opressão, exploração e dominação.

Reunião entre SENAES e MDS visa fortalecer Cozinhas Solidárias



O Secretário de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho, realizou uma reunião em 20 de fevereiro na Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES/MTE) com a Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Lilian dos Santos Rahal, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), para discutir a publicação do Decreto de Regulamentação das cozinhas solidárias, encaminhamentos de portarias, termos de colaboração das entidades e parcerias.

Durante o encontro, o MDS anunciou seu plano de atender 400 cozinhas em 60 cidades com mais de 50 mil habitantes, além de fortalecer parcerias com entidades e governos estaduais para expandir o programa. O critério de prioridade será dado às cozinhas com pelo menos 6 meses de atividade. O MDS informou também que mais de 2.800 cozinhas já estão cadastradas no sistema auto declaratório.

A SENAES expressou sua intenção de fortalecer e acompanhar o processo formativo desses empreendimentos, envolvendo os Agentes Populares de Economia Solidária. Além disso, a Secretaria participará do Comitê Gestor que discutirá as diretrizes do programa, com representantes como Vanderlúcia Simplício, coordenadora de projetos, e Renata Studart, diretora de Projetos da SENAES.

De acordo com o secretário, as cozinhas solidárias exercem um papel fundamental no projeto. “As cozinhas comunitárias e solidárias representam neste momento um instrumento importantíssimo para combatermos a fome e dialogarmos com os excluídos, e realizarmos um trabalho de informação e organização deste setor que deve ser cada vez mais protagonista na construção do nosso projeto”, encerrou Gilberto Carvalho.



Aprovado o Projeto de Lei que amplia benefícios para empreendimentos da Economia Solidária



A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei (PL 3008/20) que visa incluir os empreendimentos de economia solidária entre aqueles elegíveis para o financiamento com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além disso, o projeto autoriza o uso da Taxa Referencial (TR) para o financiamento desses projetos.

Essa medida representa um avanço significativo para os empreendimentos de economia solidária em todo o país, uma vez que lhes proporcionará acesso a recursos financeiros fundamentais para o seu desenvolvimento e fortalecimento. Com a inclusão no FAT, esses empreendimentos terão mais condições de se manter e expandir, contribuindo assim para a geração de emprego e renda em comunidades que muitas vezes são marginalizadas pelo comércio tradicional.

O relator da proposta, deputado Carlos Veras (PT-CE), destacou o potencial da economia solidária para gerar empregos oferecendo oportunidades de trabalho para pessoas desempregadas ou subempregadas, principalmente no mercado informal.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Brasil conta com 20,6 mil Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), beneficiando aproximadamente 1,423 milhão de pessoas.

O Secretário de Economia Popular e Solidária (SENAES/MTE), Gilberto Carvalho, comentou sobre a importância deste avanço. “A aprovação deste projeto pelo plenário da Câmara abrirá um novo horizonte para o fomento dos empreendimentos da Economia Solidária no Brasil”, concluiu Carvalho.

O PL 3008/20, originário do Senado e já aprovado nesta casa legislativa, seguirá agora para análise, em caráter conclusivo, das comissões de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Para os defensores do projeto, essa aprovação na Comissão de Trabalho é um sinal positivo de que o Congresso Nacional reconhece a importância da economia solidária e está disposto a promover políticas públicas que a fortaleçam. Espera-se que o PL 3.008/2020 siga avançando no Legislativo e se torne lei em breve, beneficiando milhares de empreendedores e trabalhadores em todo o Brasil.

Feiras de Economia Popular e Solidária

Manaus

Feira de artesanato da Ponta Negra - 20 a 24/3, de 27/3 a 2/4, com 80 artesãos;

Feira 'Empodera Ela', no Amazonas Shopping – de 4 a 31/3, com 20 artesãs;

Feira itinerante no Sumaúma Park Shopping – 21, 22 e 23/3, com 15 artesãos, (sujeito à alteração);

Feira itinerante na Secretaria Municipal de Educação (Semed) – 26/3, com 12 artesãos;

Feira itinerante na Secretaria Municipal de Administração (Semad) – 29/3, com 18 artesãos (sujeito à alteração).

Pará

Feira da Economia Solidária e da Diversidade.

Durante a 76ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Universidade Federal do Pará
7 a 13 de Julho

Rondônia

Feira no Parque da Cidade das 17h às 21h
Dias 23,24/03

Feira Praça das Três Caixa D'Água das 17h às 21h.
Dias 22/03

Feira Assembleia Legislativa das 07h às 14h, todas as terças-feiras.

Feira Ministério Público das 07h às 14h, todas as quintas-feiras.

Feira Tribunal Eleitoral de Rondônia das 11h às 18h, todas as quartas-feiras.

Expediente: Informativo elaborado pela Sec. Nac. de Economia Popular e Solidária - SENAES/MTE

Contato/sugestões:

e-mail:
senaes@trabalho.gov.br
telefone: (61) 2031- 6833